

UNCTAD propõe redução da dívida

por Cristina Borges
do Rio

A redução de 30% na dívida externa dos quinze principais países devedores junto aos bancos comerciais é o principal instrumento para a adoção de uma nova estratégia na condição da negociação com os credores. A proposta consta do relatório anual da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). O trabalho inclui, ainda, análises sobre os desequilíbrios do banco de pagamentos e o crescimento da economia mundial. A sua divulgação, na América Latina, ficou a cargo do diretor da divisão de assuntos monetários, financeiros e de desenvolvimento da UNCTAD, Roger Lawrence, que esteve no Rio, na sexta-feira.

Os países em desenvolvimento devem aos bancos comerciais US\$ 500 bilhões. A concordância dos credores em aliviar 30% da dívida beneficiará, principalmente, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Bolívia, Costa do Marfim, Equador,

Filipinas, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia.

Esse bloco responde por US\$ 300 bilhões do total devido. A proposta da UNCTAD, conforme o seu relatório, destaca como ganhos para os bancos comerciais credores, a diminuição de suas posições nas carteiras desses países, considerados de alto risco, o que favorecerá a cotação das ações dessas instituições financeiras, negociadas em bolsa.

As vantagens para os países devedores estão nas possibilidades de crescimento econômico, por meio de novos investimentos, e também do aumento da poupança interna. Além disso, a medida, se adotada, permitirá que o consumo acompanhe o ritmo da produção, afirma o documento. Os interesses comuns dos credores e devedores, conforme o relatório da UNCTAD, não são plenamente reconhecidos.

Há um alerta para o fato de que a crise da dívida dos países em desenvolvimento não foi solucionada no de-

correr dos últimos sete anos. Destaca, ainda, o risco de países endividados atrasarem os seus pagamentos e, lembra, aqueles que anunciaram formalmente algum tipo de moratória.

A questão-chave dessa estratégia, disse Lawrence, é que a redução de 30% da dívida significa uma diminuição dos juros. "O relatório da UNCTAD não deverá obter consenso dos credores nos próximos dois ou três meses mas num prazo de seis a oito meses, as condições de negociação serão mais favoráveis", acrescentou.

Uma das consequências da adoção da medida sugerida pela UNCTAD, conforme Lawrence, será o lucro que os bancos credores obterão com uma valorização, não integral, dos atuais 55% de desconto sobre o valor de face dos títulos negociados das dívidas externas. Lawrence admitiu que atualmente há grandes volumes de transferência de dinheiro de países endividados para os credores, obtidos com entrada de "dinheiro novo"

para o pagamento dos juros.

"Em termos macroeconômicos, esses financiamentos só são possíveis com poupança interna. Se pudermos reduzir essa transferência negativa, maior parte da poupança interna se destinará a investimentos, com o consequente aumento das importações", disse Lawrence.

O relatório da UNCTAD indica duas modalidades para a aceitação de sua proposta: os governos dos países dos bancos credores proporcionarem incentivos adequados, servindo-se de sua regulamentação bancária e de seu regime fiscal. A outra condição refere-se à exigência de que os países devedores apliquem políticas que estimulem o crescimento e o ajuste econômicos. Como essas nações continuariam precisando de empréstimos novos, as instituições financeiras internacionais, em consequência, poderiam recomendar as políticas econômicas que deveriam ser adotadas pelos devedores, incluindo o aumento das exportações.